

# BOLETIM GERAL DE LEGISLAÇÃO

Director, editor e proprietário:

J. Raymundo Alves

\* \* \*

Composto, Impresso, Redacção e Administração.

Travessa do Fala - Só, 21

— LISBOA —

Telefone 4 7205

COORDENAÇÃO E ANOTAÇÃO DE **J. RAYMUNDO ALVES** Funcionário do Governo Civil de Lisboa

—Sou pela centralização e pela concentração de todos os organismos de assistência e que fazem assistência—

—disse-nos o rev. dr. Abel Varzim



*O problema da assistência apresentou-se sempre entre nós como uma das questões de mais difícil solução, pois, ligado como está às condições sociais e económicas do povo, as soluções até agora obtidas não lograram satisfazer em absoluto, não obstante as boas vontades de entidades particulares e oficiais.*

*Enfrentando o problema, o Estado Novo adoptou já providências cuja eficácia a experiência se encarregará de demonstrar. Entre elas figura, em primeira plana, a criação do Sub-Secretariado de Estado de Assistência Social, organismo que, como é natural, tem importante junção a desempenhar. Confiado o Sub-Secretariado à figura inteligente e prestigiosa do sr. dr. Dinis da Fonseca é de crer que a questão da assistência, orientada pela lucidez e critério social do ilustre ministro do Interior, sr. dr. Mário Pais de Sousa, obtenha a solução que requiere, harmonizando-se a protecção aos humildes com o espírito que anima as doutrinas do Estado Novo.*

*Neste momento, está a ser encarado sob nova orientação o problema da assistência, cujas bases fundamentais se encontram, possivelmente, nas palavras que o ilustre titular da pasta do Interior dirigiu, em 30 de Janeiro último, aos governadores civis dos vários distritos.*

*O «Boletim Geral de Legislação» resolveu, por isso, ouvir sôbre a questão uma alta individualidade: o rev. dr. Abel Varzim. Não necessita apresentação. É figura conhecida do país inteiro, já pela sua acção na organização católica dos operários já pela sua obra persistente e desassomburada em prol de uma maior justiça social. Seja na Liga Operária Católica ou na Assembleia Nacional, onde ocupa uma cadeira de deputado, a sua acção dinâmica e constante caracteriza-se exactamente pelo sentido de oportunidade e pela superior elevação nunca destituída de sentido prático com que trata os problemas. Dirige o quinzenário dos operários católicos «O Trabalhador», e os seus artigos ali publicados obrigam a meditar largamente quem os lê. Faz conferências de propaganda através da rádio ou nas grandes assembleias dos trabalhadores organizados pela Igreja. Pratica a assistência e o bem que pode, um pouco por toda a parte. Conhece, como poucos, pelo contacto directo e diário, todos os problemas resultantes da crise espiritual, moral e económica dos nossos dias.*

*Muitas e muitas outras qualidades possui este sacerdote, que a Igreja escolheu para dirigir e orientar, no nosso país, as suas organizações operárias militantes.*

*À sua volta formam, conchados, — e não exageramos ao escrevê-lo — milhares de trabalhadores.*

*Por estas razões, a entrevista que nos concedeu tem excepcional importância.*

— Falemos, primeiro, sob o ponto de vista da doutrina que deve aplicar-se ao problema da Assistência. O que imediatamente nos impressiona é o grande número de famílias ou de pessoas isoladas, muitas delas válidas, que vivem na maior das misérias. E somos levados logo a esta conclusão: uma sociedade na qual uma grande percentagem dos seus membros precisa de ser assistida é uma sociedade enferma...

— Doente?

— A doença não é de caracter fundamentalmente económico. É uma doença do espirito. E porque não estamos ainda capacitados disso, andamos a medicar em falso.

— Doença do espirito?!

— Sim! As falsas concepções da vida humana e do real valor desta vida tornaram possíveis aberrações sociais como esta: recusar às classes operárias o que lhe é devido em salários, por justiça, para depois lhes atirar, por filantropia, com as «migas» da Assistência.

— Mas o Estado gasta somas enormes na Assistência...

— Poderemos, sem receio de nos enganarmos, computá-las em mais de duzentos mil contos. Estou certo de que essa verba é proporcionalmente superior à que todos os Estados da Europa empregam para igual fim. Proporcionalmente, note-se. E afinal o problema da Assistência, entre nós não está resolvido. Muito longe disso. Porque?...

—?!...

— É que no fundo não é o problema de Assistência que tem de surgir no primeiro plano buscando-se para ele, esta ou aquela solução.

— Nesse caso?!...

— Ponhamos desde já os três pontos que, a meu vêr, são fundamentais na questão.

Primeiro: pague-se um salário justo ao trabalhador e crie-se, como base, o justo salário familiar.

Segundo: acelerem-se, pelos contratos colectivos de trabalho, as Caixas Sindicais de Previdência, que atendam as necessidades dos sócios e de suas famílias — como já se faz em algumas classes — na doença, na invalidez e na velhice.

Terceiro: Reforme-se a Assistência no sentido de elevar o nível moral, espiritual e económico dos assistidos, acabando-se com uma burocratização excessiva, que absorve a maior parte das receitas e produz um rendimento pouco menos do que nulo. Centralizem-se todos os serviços e as múltiplas instituições que fazem assistência e use-se desta só para os casos extremos, irremediáveis.

Exemplificando:

— Vamos ao primeiro ponto. Em Portugal, o trabalhador não recebe, numa grande, numa imensa maioria, justa remuneração do seu trabalho. Muitas entidades patronais, eivadas, ainda, de mentalidade e preconceitos liberalistas, não quiseram compreender que essa justa remuneração iria, afinal, influir no

seu próprio benefício. Preferem pagar ao Estado, em contribuições, os duzentos mil contos de que ele necessita para a Assistência e contribuir ainda com verbas importantes em esmolas a várias instituições, a voluntariamente, melhorarem a situação económica e moral dos seus directos colaboradores. Muitas não quiseram ainda organizar-se em grêmios e, outras, que o fizeram, usam desses organismos sómente com finalidade económica. Fogem quanto podem, aos contratos de trabalho e às Caixas Sindicais de Previdência, porque estas, aparentemente, trazem maiores encargos para a indústria.

— Aparentemente? — interrompemos.

— Sim, senhor. É que um contrato de trabalho, com mais justa paga para os operários e uma Caixa Sindical que os proteja na doença, na invalidez e os reforme na velhice, vem exactamente evitar que esses industriais se encontrem constantemente a braços com problemas de toda a ordem, cuja causa próxima ou distante é, no fundo, a sua própria forma de proceder.

O nosso ilustre entrevistado acrescentou:

— Cito-lhe um exemplo comedido — de todos os dias: o operário desemprega-se porque a indústria não tem saída para os seus produtos e nos armazéns amontoam-se as pilhas dos artigos manufacturados. Esse operário vai para o desemprego e para a fome. Como a sua capacidade económica é nula e mesmo quando trabalha não ganha o suficiente para a família, logo surgem, no lar, a par da fome e da miséria mais atrozes, a doença e, não raro a tuberculose. Se o chefe da família morre, aí ficam a viuva e os filhos — dos quais a Assistência pública ou particular tem de tomar conta.

«Isto é um caso de todos os dias» — frisou o nosso entrevistado. E é doloroso ir acompanhando a agonia lenta de rapazes cheios de vida que, não encontrando trabalho — nem se lhe podendo encontrar porque já não têm forças para tanto — se tuberculizaram. Podia mostrar-lhe cartas de alguns — que são verdadeiros gritos de alerta — rapazes para quem a última esperança é a eternidade. Guardo-as com religioso carinho, não as tornando públicas, porque o mundo egoísta não é digno de lhes pôr em cima os olhos.

No fundo não é mais do que um caso de injustiça social que a Assistência e o Estado são chamados a resolver, em última análise dando-lhe a solução possível mas errada. Desagregou-se a família e o lar, criou-se no espirito dos assistidos um estado constante e latente de descrença e de descontentamento que os inferioriza, que muitas vezes os coloca à margem da sociedade.

Falei, há pouco, nos Grêmios que tantas vezes apenas cuidam da parte económica da respectiva indústria. Reconheço que essa parte económica é, de facto, fundamental. Mas, de que serve produzir riqueza, se ela não é socialmente útil? De que serve arma-

zenar grandes «stoks», nas fábricas, se não há consumidores para elles?

**O homem não é apenas um valor económico mas moral e espiritual a que é preciso atender**

Continuou :

— Temos no País cerca de trezentas fábricas de fição e tecidos, quasi tôdas instaladas no norte do país. Estão algumas paralizadas e a maioria trabalha dois ou três dias por semana. Ora de que serve ter produzido, por exemplo, milhares e milhares de camisolas, se anda tanta gente, por aí, a firitar de frio?

«Voltamos ao ponto de partida. Essas indústrias, tôdas as indústrias, pagariam convenientemente aos trabalhadores, estes com maior capacidade de aquisição. O resto está dito...»

Arriscámos :

— Esse princípio, sem dúvida certo e justo, é o que parte da base de que cada homem, cada trabalhador, representa um valor económico positivo...

— Perdão. O homem não é apenas um valor económico, mas um valor moral e espiritual, a que é necessário atender. E em torno destes princípios que o problema tem de ser visto. Fora disso é persistir no erro, cujas consequências estão bem patentes, e que não pode continuar.

Uma pausa. O sr. dr. Abel Varzim, continuou a expôr-nos os seus pontos de vista, a citar exemplos, que comprovam a verdade e a exactidão das suas afirmações. Pela nossa frente passam os «dossiers» de «O Trabalhador» e do Secretariado Económico-Social da Acção Católica, em que se multiplicam as petições, os memorandos e os officios, não raro tratando de problemas angustiosos, que o rev. dr. Abel Varzim e os seus colaboradores procuram, incansavelmente, resolver.

O nosso entrevistado, de quando em quando, salienta : «Solucionado o problema da justa remuneração do trabalho das fábricas, do campo, do mar, esse outro problema da Assistência Pública perde a sua acuidade. Soluciona-se muito mais facilmente.

Interrogamos :

— Mas quais são as bases em que deve ser feita a reforma da Assistência Pública, de maneira a torná-la mais útil e proveitosa?

— Primeiro — respondeu-nos — quero dirigir uma palavra de elogio ao actual Sub-Secretário de Estado, dr. Deniz da Fonseca e manifestar a confiança de que estou possuído acerca da sua acção. Já tive oportunidade de trocar impressões com elle, e manifesto-lhe a minha concordância com os seus pontos de vista. De resto, nem outra coisa havia a esperar da sua mentalidade superior.

— A sua opinião?...

— Sou pela centralização e pela concen-

tração de todos os organismos officiais de Assistência e que fazem assistência. A dispersão é um erro, e temos caído nesse erro, nos últimos anos, em ritmo acelerado. Devia se ter feito precisamente o contrario. Se passar em revista tôdas as organizações que a par da Assistência se entregam a essas obras meritorias de bem fazer, encontrará mais duma dúzia delas, official e extra officialmente. Tantas, para quê?

— Nesse caso?

— A Assistência não pode limitar-se a internar velhos e crianças nos Asilos, a distribuir sôpas e bodos aos pobres, a acorrer com um remédio de ocasião, nem sempre profícuo, a uma desgraça mais profunda.

De resto, com os salários familiares, haverá menos chefes de familia tuberculosos e menos viúvas com necessidade de internarem os filhos nos asilos, separando-se deles para os entregarem a mãos mercenárias, e menos velhos estropeados, pesos mortos que a familia pretende alijar, por egoísmo ou porque as condições económicas e precárias lhe impõem essa solução, desde que as Caixas Sindicais de Previdência se espalhem por tôda a parte.

«A Assistência, nas pequenas localidades, poderia ser feita pelas Misericórdias, instituições cristãs e lão portuguesas, criadas com essa mesma finalidade».

**Tôda a assistência deve ter a finalidade de libertar o assistido dessa tutela**

Formulamos a pergunta : — E nos grandes centros?

— Nos grandes centros, como Lisboa e Pôrto, poderá ficar a cargo das Juntas de Freguesia. Mas não pode ser — volto a repetir — uma assistência feita ao acaso, de qualquer maneira.

Tôda a Assistência deve ter a finalidade de libertar o assistido dessa tutela. Assim ela tem de ser orientada por pessoas preparadas especialmente.

«Há um exemplo, em Lisboa, de quanto se pode fazer nessa orientação».

— Esse exemplo?..

— O do Centro Social do Bairro da Quinta da Calçada. Pode considerar-se modelar. Altas individualidades estrangeiras que o têm visitado manifestam exactamente essa opinião.

«A Assistência feita a todos os moradores do Bairro — e trata-se dum núcleo populacional dos mais pobres de Lisboa — é orientada no sentido de elevar o nível moral e económico das familias. E os resultados obtidos até agora, em lão pouco tempo, são apreciáveis. Cada familia tem a sua respectiva ficha e nela tôda a sua história. Sabe-se onde se emprega o chefe, os seus costumes e quanto ganha; qual é o salário da familia; quais as circunstâncias morais em que a familia se encontra. Assiste-se a todos e, mu-

las vezes, com conselhos dados oportunamente e que são mais proveitosos nessa altura do que o dinheiro. Assiste-se às mães e aos filhos; procura-se melhorar as condições de trabalho e de salário do homem, buscando-se que lhe aumentem os vencimentos na própria casa onde trabalham ou, em outros casos, melhor colocação. Como há também problemas que só se solucionam com dinheiro, dá-se lhes também dinheiro, no momento próprio, quando o há.

«Claro que isto é sómente um exemplo, um caso que pode ser posto em prática, em tôda a parte. A condição essencial é que os dirigentes estejam à altura da sua missão. E surge um ponto da maior importância ao falar-se de dirigentes dos postos de assistência social.

— E' ?...

— Não podem burocratizar-se êsses serviços. Não se exigirá, decerto, que trabalhem de graça. Mas tem de exigir-se-lhe preparação especializada, formação cristã, critério e bom senso. Sem êstes predicados o trabalho não resultará.

**E' essencial que os dirigentes conheçam a situação social, económica e moral das famílias assistidas**

Nova interrupção: — Se as Juntas de Regueira fôsem encarregadas da Assistência instalariam um posto na sua área, não é verdade?

— Teriam de instalar mais do que um posto de Assistência social, tantos por quantos núcleos populacionais importantes. E' essencial que os dirigentes conheçam e acompanhem perfeitamente a vida, a situação social, económica e moral, de cada uma das famílias assistidas. Só desta forma se pôde fazer assistência eficaz e justa, ou, por outras palavras, Assistência social.

— Isso não traria grande aumento de despesa nos serviços?

— Afirmando o contrário. Êsses serviços representariam uma apreciável economia. Tenho o exemplo do Bairro da Quinta da Calçada.

— As instituições particulares existentes? Dispensar-se-ia a sua colaboração?

— De modo algum. Será da maior vantagem aproveitar a boa colaboração de todos.

— E aquelas pessoas que gostam de praticar assistência, em nome da Caridade, mas também gostam de vêr os seus nomes nos corpos dirigentes e nas colunas dos jornais?

— As pessoas ricas ou remediadas, ou de bom coração, da área de cada um dos Centros de Assistência Social, seriam chamadas a colaborar com êles, se quisessem colaborar...

«Êsta obra, porém, a ser posta em prática, demorará tempo. Não se transformam, de um momento para o outro estes serviços tão complexos e delicados. Entretanto, ir-se-á criando, no público, no espirito dessas pessoas, mentalidade nova.

Uma última pergunta:

— As actuais instituições que não dão sufficiente rendimento?

— Devem pura e simplesmente desaparecer.

Volto a repetir: O problema da Assistência não é o primeiro que pode ser resolvido, nem encontrará, por si, apenas, solução prática. São os Ministérios da Economia, com o desenvolvimento das indústrias; das Obras Públicas, com o Commissariado do Desemprego; o Sub Secretariado do Estado das Corporações, com os contratos colectivos de trabalho e as Caixas Sindicais de Previdência, que têm de intervir para resolver a situação dos que trabalham.

«A Assistência, numa sociedade mais perfeita e mais cristã, só terá de intervir nos casos extremos, irremediáveis. E' que, tal qual como nas doenças, vale mais prevenir do que remediar».

## Admissão de pessoal

### em obras participadas pelo Fundo do Desemprego

Nas obras participadas pelo Fundo do Desemprego, segundo foi determinado pela Portaria n.º 9471, inserta no «Diário do Governo», de 18 de Fevereiro último, será obrigatoriamente admitido pessoal desempregado indicado pelo Commissariado do Desemprego, nas seguintes percentagens: serventes e trabalhadores sem officio definido e ajudantes e aprendizes de qualquer officio, 50 por cento; operários especializados, 30 por cento.

## Fábricas de lacticínios

### e fixação de preços do leite

Pela Portaria n.º 9.733, publicada no «Diário do Governo», de 10 de Fevereiro, foram definidas as zonas de abastecimento das fábricas de lacticínios. Será a Junta Nacional dos Produtos Pecuários que indicará aos industriais qual a zona onde estão incluídos. Por outro lado, os preços do leite serão estabelecidos nos acôrdos promovidos por aquela Junta Nacional entre os Grêmios de Lavoura e os industriais de lacticínios da respectiva zona, e, na falta de acôrdo, fixados pela mesma Junta.